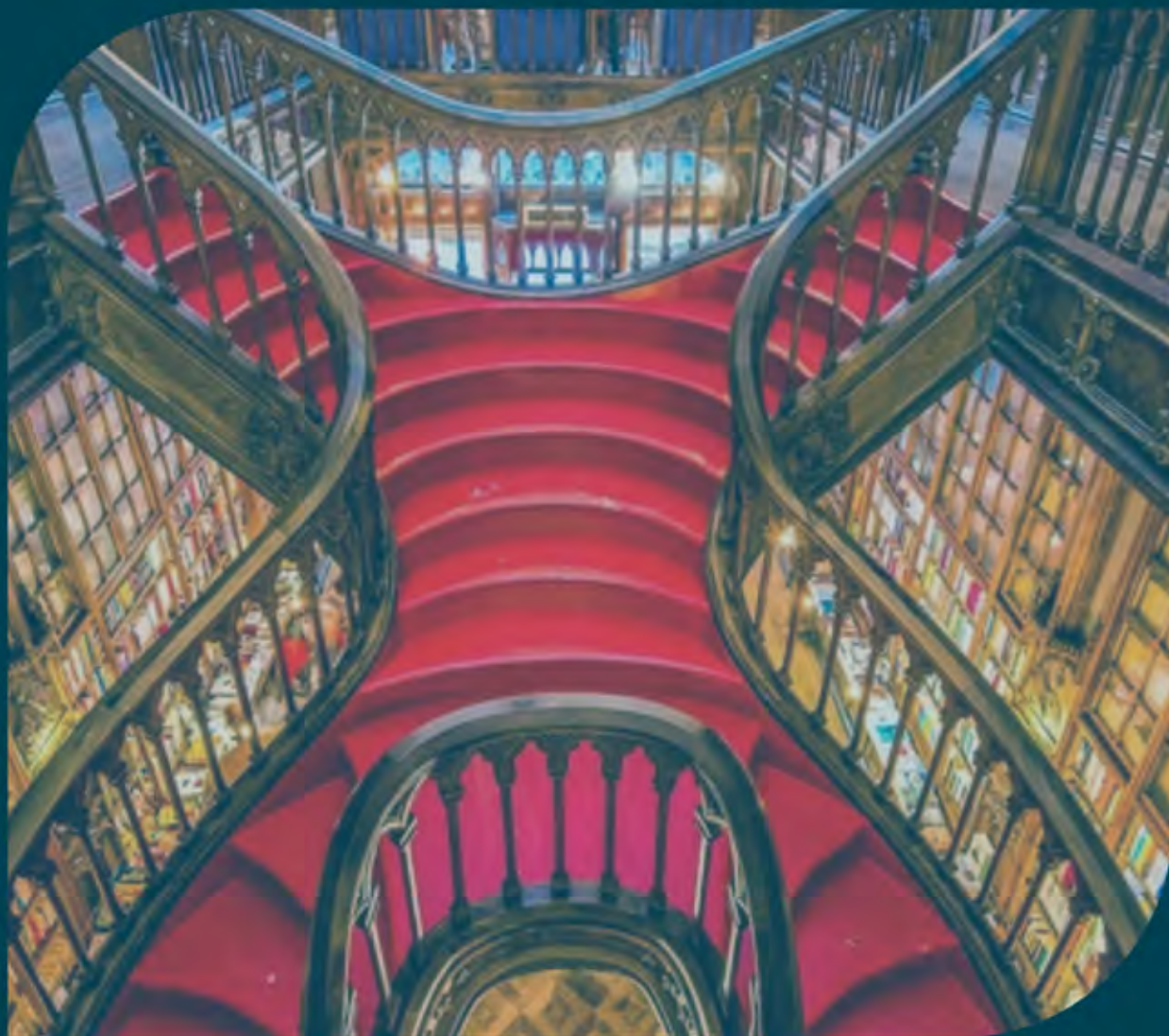


SOLETRAS

REVISTA DE ARTE & CULTURA

Editor: Dany Wambire * Beira * Ano XII * 2025 * 60ª edição * E-mail: revistasoletras@gmail.com

BIMESTRAL



Fotografia: Livraria Lello

A arte literária na CPLP

Cenários, circulação e mobilidade

Apoio à edição e tradução de obras: o lugar do livro nas línguas

Página 12

O que há depois dos prémios literários no universo da CPLP?

Página 16

Preservar bibliotecas sem resistir à reinvenção

Página 22

Índice de Conteúdos



- 04.** Fundza vai lançar colectânea de contos sobre as independências



- 05.** Sonhos (que ficam) por serem realizados no Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa



- 08.** A arte literária na CPLP: cenários, circulação e mobilidade



- 12.** Apoio à edição e tradução de obras: o lugar do livro nas línguas



- 16.** O que há depois dos prémios literários no universo da CPLP?



- 18.** PREICC e os seus trunfos para a indústria cultural e criativa em Moçambique



- 22.** Preservar bibliotecas sem resistir à reinvenção



- 25.** Bento Baloi e Adelino Albano Luís participam na 26ª edição do *Correntes d'Escritas*



Apresentação

Caros leitores,

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), à excepção da Guiné Bissau, celebram, em 2025, o quinquagésimo aniversário das suas independências. Esta edição, que inaugura o 11º ano da revista *Soletras*, traz matérias ligadas à arte literária dos PALOP e de toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com efeito, destacamos a notícia sobre a organização de uma antologia sobre as independências. A colectânea, cujo título será “Na língua, o sabor da liberdade”, é da Editorial Fundza e prevê reunir contos de 14 autores de 7 países da CPLP.

“Na língua, o sabor da liberdade”, para além de ser um livro comemorativo, é uma convocação para a necessidade de uma melhor troca e conhecimento das literaturas produzidas no espaço da CPLP, uma comunidade que, embora partilhe uma língua comum, enfrenta inúmeras barreiras que dificultam a circulação de livros e a mobilidade dos seus autores.

Uma melhor circulação literária na CPLP, defende-se num artigo aqui publicado, poderá ser alcançada com algumas das seguintes iniciativas: troca, entre editores, de originais que flexibilizem a publicação e minimizem o custo da venda, resultante da logística da importação; aprovação de políticas de isenção aduaneira ou fiscal que estimulem os livreiros a apostarem nos autores de língua portuguesa; incentivo à aquisição dos livros da CPLP pelas bibliotecas municipais ou públicas; e criação de fundos específicos para a publicação de autores estrangeiros de língua portuguesa.

Porque já há iniciativas louváveis na cena literária da CPLP, nesta edição destacamos algumas delas, nomeadamente, os prémios literários e os programas de apoio à tradução existentes na comunidade.

Guiados pela pergunta “o que há depois dos prémios?”, trazemos as repercussões de alguns prémios, uns mais sonantes que os outros. Alguns dos quais muito cobiçados, por serem veículos para a promoção da literatura feita nos países da CPLP e dos seus respectivos autores. Muitas vezes, é a partir dos prémios literários que se conhecem os autores, que se partilham públicos-leitores e que se constrói a amizade entre os intervenientes literários da comunidade.

A finalizar a nossa lista de apresentações, fazemos o destaque da matéria sobre o lugar das bibliotecas físicas na era digital, uma época em que as tecnologias acompanham os momentos mais solitários do homem e constroem um cenário em que o livro impresso deixa de ser o foco principal e transforma-se numa sombra de si mesmo.

Votos de boa leitura!

Dany Wambire,
Editor



Fundza vai lançar colectânea de contos sobre as independências

Texto: Redacção

Há cinquenta anos, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, antigas colónias portuguesas em África, alcançam a sua independência do domínio colonial português, unindo-se à Guiné-Bissau, que teve a sua independência reconhecida a 10 de Setembro de 1974.

Na celebração dos 50 anos, espera-se que todos os países africanos de língua portuguesa façam uma retrospectiva, estimulando discussões sobre o significado de liberdade e suas implicações actuais, e promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos.

Neste quadro, a Editorial Fundza pretende publicar uma colectânea de contos, subordinada ao tema “as independências”, com a qual pretende promover o conhecimento sobre os processos de independência, suas lutas e conquistas, que contribuíram para a formação de uma identidade cultural e histórica comum dos povos de toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

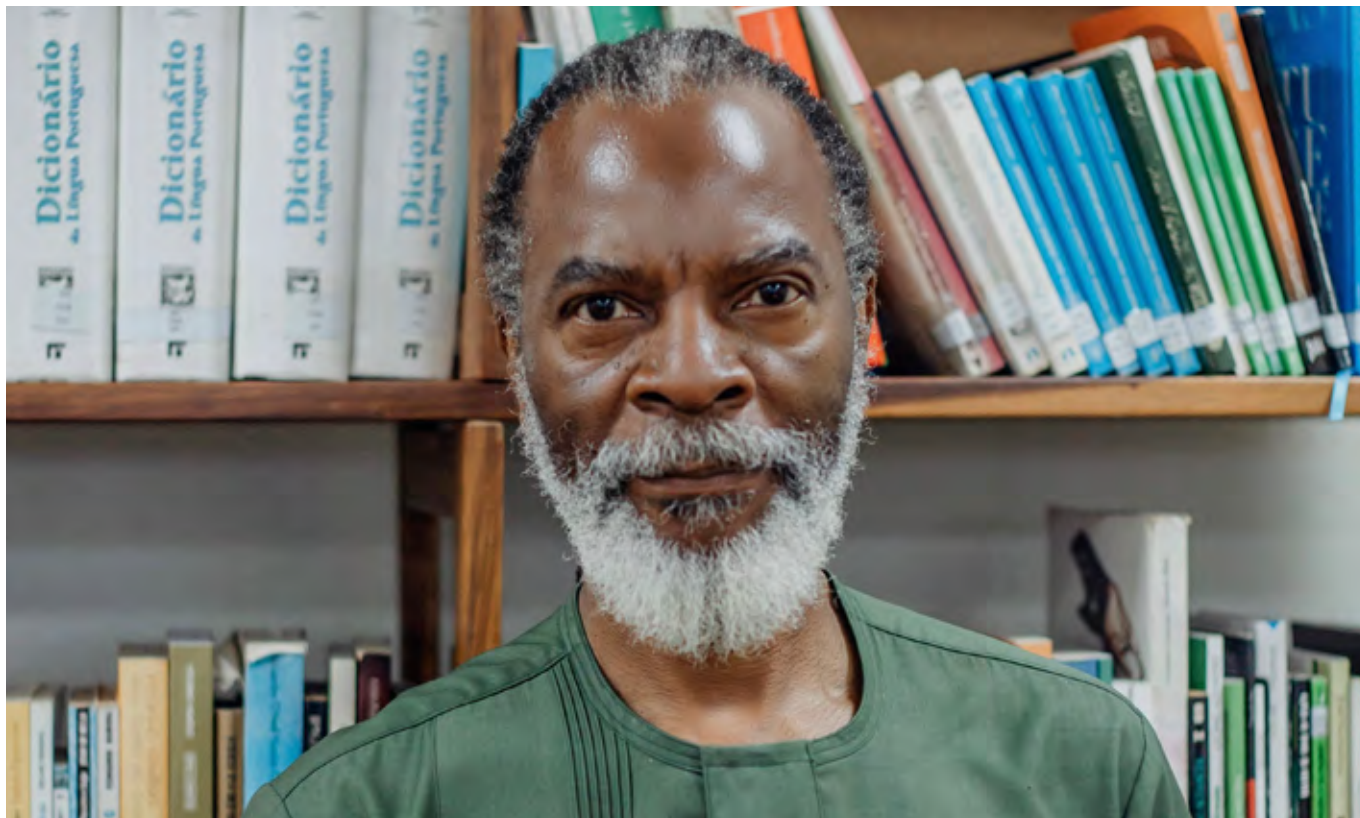
A realização da iniciativa, de acordo com Dany Wambire, o organizador da antologia, decorre da necessidade de incluir a literatura nas comemorações, tendo

em conta o seu potencial de “produzir histórias de resistência e superação que podem inspirar novas gerações a lutar pelos seus direitos e a valorizar a liberdade”.

Para tal, a Fundza convidou 14 autores de 7 países da CPLP para escrever “um conto que verse sobre as independências (ou liberdades), no sentido mais amplo do termo”. Entretanto, Dany Wambire espera que os escritores convidados apresentem “narrativas plurais, com diferentes perspectivas e experiências dos seus países, valorizando a riqueza cultural e a pluralidade de vozes”.

Farão parte da antologia Yara Monteiro e José Luís Mendonça (Angola), Eliana Alves Cruz e Rafael Gallo (Brasil), Joaquim Arena e Vera Duarte (Cabo-Verde), Amadu Dafé e Kátia Casimiro (Guiné Bissau), Nuno Camarneiro e Raquel Patriarca (Portugal), Olinda Beja (São Tomé e Príncipe), e Adelino Albano Luís, Bento Baloi e Dany Wambire (Moçambique).

A antologia, que deverá ser lançada até o dia 25 de Maio, terá como título “Na língua, o sabor da liberdade”, adaptado de um dos versos da música “Combatentes da fortuna”, da autoria de Azagaia, um dos **rappers** mais interventivos na história da CPLP.[]



Nataniel Ngomane, Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa

Sonhos (que ficam) por serem realizados no Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa

Texto: Elcídio Bila

Fotos: Tomás Mondlane

Com o objectivo de diminuir os efeitos negativos da falta de livros nas áreas de maior incidência sobre o processo de desenvolvimento económico e social do país e garantir a transferência, para Moçambique, do fundo documental e bibliográfico que apoiassem o uso do Português como língua de ensino e de intercomunicação no espaço nacional, foi criado, a 01 de Agosto de 1990, o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP).

O FBLP veio juntar-se a uma outra instituição pública, Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD), já extinta, que tinha objectivos parecidos, com destaque para a publicação e disponibilização de livros de autores moçambicanos. Como foram os casos de “Nós matamos o Cão tihoso”, de Luís Bernardo Honwana, e “Cela 1”, de José Craveirinha.

Entretanto, por inexistência de capacidade técnica para produzir o livro localmente e exiguidade de meios para promover a sua importação em quantidades razoáveis, o im-

pacto do trabalho do INLD era limitado e esperava-se que o FBLP pudesse ultrapassar estes constrangimentos.

Aliás, a pertinência da criação do FBLP estava na promoção do livro e da leitura em língua portuguesa, uma forma de apoiar, por um lado, o trabalho do INLD, que tinha que produzir, entre outros, textos escolares, livros de leitura. E o FBLP, por seu turno, teria a missão de promover esses livros em língua portuguesa, sobretudo os livros literários – que têm a vantagem de atrair leitores.

O FBLP cumpriria esse desiderato através de vários projectos, nomeadamente, feiras de livro e de leitura, disponibilizando o livro à população a preços mais acessíveis; apetrechamento de bibliotecas públicas e escolares; apoio ao surgimento de novos escritores, através de concursos literários e de redacção; e formação de bibliotecários e arquivistas através do Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC).

Ora, esta visão, que foi estabelecida em 1990, teria como foco Moçambique, começa a ser discutida ao nível dos PALOP e Portugal, e, em 1991, formaliza-se o Fundo como instituição dos PALOP, e não apenas de Moçambique, e todos os programas previstos tinham que ser realizados também em outros países.

O primeiro a dirigir os destinos do FBLP foi o escritor Luís Bernardo Honwana e, a seguir, o professor Lourenço do Rosário, que teve uma longa estadia pela instituição até que, em 2014, chegou o professor Nataniel Ngomane, vindo da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), coadjuvado pelo professor Gilberto Matusse.

O Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa não tem uma limitação de mandatos e a nomeação dos titulares é feita pelo Presidente da República, não obstante pertencer ao universo PALOP.

Neste momento, está em discussão a proposta de um novo regulamento que possa estipular como tempo máximo de presidência 10 anos. Para além disso, há uma proposta de actualização de quadro de pessoal, outro défice da instituição. São, neste momento, 15 trabalhadores, incluindo o Presidente e Vice-Presidente, mas, “em boa saúde”, já teve 30 funcionários.

O actual presidente, Nataniel Ngomane, completou, em 2024, uma década à frente da instituição, que ainda enfrenta inúmeros desafios, a começar pela falta de fundos para a realização dos projectos desenhados.

Nos últimos anos, o FBLP tem realizado uma e outra actividade, muito a mercê do apoio do Banco de Moçambique, fruto de um Memorando de Entendimento que possibilitou um encaixe, até ano passado, de cerca de seis milhões de meticais. Deste valor, felizmente, era possível ver livros a circular pelo país e, ao mesmo tempo, ter três equipas distribuídas nas três regiões de Moçambique entre bibliotecas provinciais e distritais.

É apenas deste “balão de oxigénio” que sobrevive o “fundo dos livros”, pois, a partir de 2016, o Governo foi baixando de vinte para nove milhões e duzentos mil meticais o orçamento para o funcionamento daquela casa criada para apoiar a promoção da leitura e do livro e, por consequência, produzir conhecimento.

Feiras de livro, apetrechamento (ou construção) de bibliotecas públicas e escolares e o apoio ao surgimento de novos escritores através de concursos literário e de redacção são alguns projectos falhos pelo facto de terem um orçamento deficiente.

Aliás, estas não são as únicas iniciativas que caíram por terra. A nível dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), existia a Feira Internacional do Livro do Fundo Bibliográfico – de carácter rotativo – e um Conselho Coordenador

– órgão máximo – que se reunia duas vezes por ano em Maputo. Estes dois eventos também ficaram para a história, motivados pela quebra de apoio financeiro da União Europeia que, antes, encaixava na organização mais de três milhões de euros.

Para além da União Europeia, os tempos fartos do FBLP contavam também com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, para além de outros apoios internacionais.

Tirando estas grandes ajudas, o FBLP teve dificuldades até de trazer livros e outros materiais didácticos doados do Brasil, Portugal e Bélgica. “Nós conseguimos ofertas de livros lá fora, mas não temos como trazer e ainda não foi criado um mecanismo que facilite isso”, deplora Nataniel Ngomane, Presidente do FBLP.

Numa entrevista exclusiva à Solettras, Ngomane resente-se da falta de fundos para o funcionamento da organização e denuncia ainda a falta de outro ‘fundo’, o chamado Orçamento de Investimento, que servia para o cumprimento dos objectivos estabelecidos. Mas, infelizmente, o Governo também o trancou: “desapareceu, nunca mais recebemos”, lamenta.

De acordo com o académico, este orçamento de sete milhões de meticais suportava, por exemplo, as feiras de livro, a aquisição de livros para distribuir às bibliotecas, a deslocação dos membros do FBLP para levar os livros e para realizar feiras, entre outras actividades.

Há pouco investimento no livro

Para Ngomane, há apenas uma resposta para a “desgraça” que se passa naquela instituição: a falta de investimento na promoção do conhecimento. Porque, como entende, o conhecimento está nos livros.

“Todos os cursos que se fazem nas escolas, institutos e faculdades são na base do conhecimento que está nos livros. O bom engenheiro, o bom médico, o bom arquitecto bebe o conhecimento que está nos livros, ou seja, Moçambique poderá desenvolver grandemente se tiver conhecimento que está nos livros, mas para isso teremos que investir pesado no livro e, neste momento, não há interesse nenhum em investir no livro no país”.

Ngomane é da opinião que é mais fácil investir numa casa, num carro ou numa estrada do que investir no livro. “Nem sequer nas escolas se investe”, denuncia, “mas o conhecimento está nas escolas e no livro”. Ao se investir no livro, Ngomane julga que as crianças não irão brincar de polícia-ladrão apenas, mas também brincar de ler livros, porque vão dominar o conhecimento e quando estiverem em lugares de gestão institucional vão ter competência, “algo que nos falta em Moçambique”. Ngomane vai mais longe: “é por isso que estamos na crise em que nos encontramos, por falta de conhecimento e por falta de competência”.



FBLP realizando actividades lúdico-pedagógicas na Biblioteca Marta Domingos

Para Ngomane, a preocupação, hoje em dia, está nas coisas materiais que, na sua visão, são supérfluas para o desenvolvimento, do que nos juntarmos para fortalecer o conhecimento. “Não há nenhum país que tenha desenvolvido sem conhecimento”, assume de forma categórica. Exemplos não faltaram: “Cuba é um país pobre, agravado pelo bloqueio económico dos Estados Unidos da América (EUA), mas é extremamente rico em matérias de conhecimento”.

Portanto, Ngomane conclui que a falta de orçamento por parte do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa para o desenvolvimento do país desperta um problema maior, a falta de consciência de que o conhecimento está nos livros.

“Pensa-se que desenvolvimento é abrir uma nova ponte, que por falta de conhecimento na primeira enchente desaba com menos de três meses. Há prédios aqui na cidade de Maputo, construídos no tempo colonial, que nunca caíram, mas há casas recentes que basta haver um vento ficam sem o telhado e sem as portas”.

A esperança é a última a morrer

2025 inaugura um novo Governo presidido por Daniel Chapo e uma das medidas do novo Presidente da República é a remodelação dos ministérios, tendo cruzado, novamente, os ministérios da Educação e Cultura.

Ngomane, primeiro, encontra no discurso de investidura do mais recente Presidente da República ideias muito boas, mas adverte que só a prática vai definir. Segundo, o nosso entrevistado questiona as competências daqueles que vão concretizar aquelas ideias (boas).

O Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa espera que a prioridade que o Governo der à educação deve estar acompanhada por investimento à altura para o melhoramento de infra-estruturas e o apetrechamento das bibliotecas e programas de leitura.

“Não há nenhuma criança que não gosta de ouvir histórias”, sentencia Ngomane, explicando que todos os povos contam histórias porque é o ponto de partida para adquirir conhecimento. E não fala apenas de conhecimento técnico, mas sim do ético: valores morais, justiça, a diferença do bem e do mal, do bom e do mau.

“Hoje em dia — prolonga-se o também professor universitário — há quebra de valores, talvez porque estes já não são transmitidos através de histórias.”

Deste modo, Ngomane espera que esta nova governação leve a sério o investimento ao livro porque, rapidamente, iríamos nos dar conta das mudanças, até porque “a esperança é a última a morrer”.[]



A arte literária na CPLP: cenários, circulação e mobilidade

Texto: José dos Remédios

A literatura é um dos mecanismos essenciais à aproximação cultural. Entre diversos povos, a arte, não obstante a componente fruição, também funciona como uma ponte dos afectos, pela qual se interligam possíveis relações humanas.

Em qualquer país, a literatura carece de público. Em Moçambique, por exemplo, a formação de leitores e de entusiastas da arte literária surge nos meados do séc. XIX, em Nampula. No entanto, nem sempre o debate sobre a consolidação do ecossistema literário nacional é consensual, pois, em muitos intervenientes, paira a percepção de que ainda há muito a fazer para que os livros tenham a visibilidade necessária.

Nos últimos 10 ou 15 anos, verifica-se no país uma acentuada revitalização estético-literária. Em quase todas as províncias nacionais, despontam escritores e poetas talentosos, que, geralmente, se revelam em edições de “pequenas editoras”. Portanto, a qualidade criativa existe e, inclusivamente, tem-se evidenciado em diferentes géneros. Neste momento, o problema dos moçambicanos não é necessariamente a qualidade dos seus autores, mas a definição de políticas suficientemente capazes de estimular a cultura de leitura e da compra do livro.

Numa entrevista concedida à Stv, o poeta Álvaro Fausto Taruma lamenta o facto de no país a escrita literária ser um

investimento ingrato, quer dizer, o autor dedica muito do seu tempo e da sua disponibilidade a uma arte que é frustrante, em termos de compensação. Por isso mesmo, em 2022, o poeta anunciou que não mais publicaria uma obra poética e, desde então, investiria o tempo de que dispunha em trabalhos mais rentáveis.

Em certa medida, a fraca venda do livro, denunciada por Taruma, tem a ver, entre outros factores, com a deficiente cadeia de distribuição do livro e a defeituosa mobilidade dos autores. Com raras excepções, os escritores produzem e promovem as suas obras nas províncias onde vivem, num país em que, ignorando as que se encontram em Maputo, Sofala, Manica e Nampula, não se sabe de nenhuma livraria noutros lugares. Logo, as obras dos escritores não circulam como se pretende e os próprios autores raramente têm a oportunidade de expor o produto do seu empenho fora da sua cidade ou vila, pois, apesar de a capacidade criativa estar dispersa ao nível nacional, a actividade editorial encontra-se centralizada em Maputo e Beira.

Os constrangimentos enfrentados em Moçambique têm muita relação com os de toda a CPLP. Se, no passado colonial (e um pouco depois das independências nacionais, em 1975), as trocas literárias entre os PALOP, Portugal e Brasil eram consistentes, actualmente, esse cenário diminuiu drasticamente.

Os angolanos mal editam os moçambicanos; os moçambicanos mal lançam os portugueses; os portugueses, que antes reclamaram para si a centralidade da edição e distribuição da literatura dos PALOP, em geral, perderam esse protagonismo para interesses comerciais pouco ligados a altruísmos culturais. Por exemplo, quando se passeia por Lisboa, nas livrarias Lello, FNAC e Bertrand (entre as maiores do país), além de Mia Couto, Paulina Chiziane, João Paulo Borges Coelho, Pepetela, José Eduardo Agualusa ou Ondjaki, é raro encontrar obras de outros autores africanos de língua oficial portuguesa, sobretudo os que estão em ascensão.

Por um lado, os grandes grupos editoriais portugueses, LeYa e Porto Editora, não acompanham com investimento editorial os autores africanos que publicam a partir deste novo milénio. Pelo contrário, fica pelo menos a impressão de que são fiéis a uma geração de consagrados que dão outras certezas em termos comerciais.

Por outro lado, não havendo edições portuguesas de autores são-tomenses, cabo-verdianos ou guineenses, as livrarias não são capazes de importar edições africanas. Logo, as bibliotecas portuguesas adquirem o que há no mercado interno, o que as impede de diversificar o seu catálogo. Por conseguinte, o mercado literário europeu, que é muito competitivo, fica como que inacessível aos escritores PALOP, uma vez que Portugal, por razões históricas e linguísticas, tem sido a porta de entrada dos africanos naquele mercado.

Consciente de que a circulação dos livros e a mobilidade dos autores são importantes para o fortalecimento da língua portuguesa como um património comum, a Câmara Municipal de Lisboa e o Camões – Centro Cultural Português em Maputo instituíram um programa de residência literária, que permite a uma nova vaga de escritores criar e promover o seu trabalho na capital portuguesa e os escritores portugueses em Maputo e Praia. Com este tipo de oportunidade, os beneficiários de residência garantem um intercâmbio cultural em programas como feiras e festivais de literatura e ainda vêem as bibliotecas adquirirem os seus exemplares. Mas, conforme defende a Chefe de Divisão da Rede de Bibliotecas de Lisboa, Edite Guimarães, é preciso intensificar os momentos de partilha entre os autores portugueses nos PALOP e os africanos de língua portuguesa em Lisboa, tal como acontece em relação aos brasileiros, e tornar esses momentos, de facto, momentos de partilha para dar a conhecer as suas obras e, se calhar, de outros autores também.

Aliado a isso, de acordo com Edite Guimarães, convocar e invocar a comunidade PALOP em Portugal é imprescindível: “É fundamental conseguirmos chegar aos autores, (...) até porque há um património cultural gigantesco que acaba por ser desconhecido, com livros difíceis de encontrar, sobretudo quando não são editados em Portugal”, frisou a gestora, acrescentando que, em particular, a literatura africana de língua portuguesa pode garantir aos falantes um espaço de diálogo e de aproximação, pois, segundo concordou, o futuro da língua portuguesa também passa pela circulação dos livros e pela mobilidade dos autores que escrevem em português.

Confrontado com o facto de a presença dos livros e dos autores moçambicanos em Lisboa ainda não ser a almejada, e dos portugueses em Maputo também não, José Luís Peixoto, considerou que “o que mais falha é a máquina editorial, que encontra muitas dificuldades ao nível da distribuição, assim como de outras circunstâncias necessárias a uma boa circulação dos livros. Pessoalmente, acredito que há vontade por parte dos públicos leitores. A minha experiência em Moçambique é a melhor, sempre com recepções muito generosas. E acredito que, em Portugal, também haveria essa apetência se os livros estivessem mais disponíveis e os autores fossem mais conhecidos”.

Para o autor de *Somos a primeira pessoa do plural*, livro editado em Moçambique pela Editorial Fundza, num contexto em que as literaturas europeias, norte-americana ou brasileira conseguem ser mais competitivas, é possível que os editores portugueses se sintam pouco confiantes para avançar com o que consideram ser um risco editorial. “Em Portugal, a editora Caminho cumpriu um papel histórico na publicação de autores africanos, nomeadamente moçambicanos. Seria bom que outras editoras seguissem esse exemplo.”

Enquanto o exemplo não for seguido, a oportunidade de os autores PALOP em ascensão publicarem em Portugal surge, principalmente, quando ganham prémios que lhes permitem visibilidade necessária para as editoras investirem neles ou quando têm a sorte de serem convidados a feiras e festivais. No sentido inverso, os escritores portugueses, tal como os brasileiros, de vez em quando, gozam de oportunidades que lhes permitem participar em cursos de literatura ou em feiras de livro, sobretudo as organizadas pelo Conselho Municipal de Maputo e pela Associação Kulemba, na Beira. Entretanto, essas raras oportunidades não resolvem o problema da circulação dos livros portugueses ou estrangeiros escritos em português, no país, pois, devido a uma pesada logística de importação, são comercializados a um preço que muitos consideram elevado, tal como José Luís Peixoto constatou, quando esteve em Maputo.



Edite Guimarães



José Luís Peixoto

O caso é mais grave em relação à circulação dos livros dos autores africanos de língua portuguesa e em relação à sua mobilidade nos PALOP. Há um hiato enorme no intercâmbio entre os escritores angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses em África. Por exemplo, para um angolano ler Germano Almeida, Ungulani ba ka Khosa ou Olinda Beja, tem de importar ou solicitar a importação dos livros a partir de Lisboa, o que não só encarece o livro como também condiciona o interesse. Além disso, é bem mais provável um autor PALOP ser editado ou participar em iniciativas literárias em Portugal e no Brasil do que em África. Logo, a apesar de possuírem uma língua comum, o número de leitores está longe de ser significativo, porque até em espaços académicos o acesso aos livros é demasiado limitado.

Para a ensaísta e professora reformada de Literatura, Fátima Mendonça, a preocupação pela internacionalização literária é legítima. Todavia, antes de uma preocupação pela internacionalização, é importante que as literaturas dos PALOP sejam reconhecidas internamente, o que começa com programas do ensino primário e secundário. “Se no próprio país a literatura não é estimulada, vais internacionalizar para quê? A internacionalização devia ser consequência de um sistema literário sólido. Não há voltas a dar. Sei que a pessoa gosta de ser reconhecida fora, tudo bem. Mas uma pessoa ser conhecida fora não torna a literatura melhor”, defende a autora de *Literatura Moçambicana: as dobras da escrita*.

Apesar das dificuldades inerentes à obtenção das obras literárias da autoria de escritores africanos de língua portuguesa, ao nível universitário, quer nos próprios países, quer em Portugal, o interesse académico por aquelas literaturas é inquestionável. Na verdade, boa parte dos estudiosos que se destacam na pesquisa das literaturas produzidas nos PALOP leccionam em Portugal. Ainda assim, é no Brasil onde se verifica a grande divulgação. As pequenas, médias e grandes editoras, de Kapulana a Companhia das Letras, revelam um nível de consistência na publicação mui-

to acima de qualquer outro país. Graças (também) ao interesse editorial e às políticas de educação, os brasileiros conseguem, apesar da distância em relação ao continente africano, liderar a divulgação das literaturas africanas. As dissertações de mestrado, as teses de doutoramento, a adopção dos livros africanos nos programas de diferentes níveis de ensino e as edições ensaísticas também destacam esse aspecto.

Não obstante o papel dos brasileiros na divulgação da literatura dos PALOP, sobre o tema circulação e mobilidade literária, na entrevista cedida à *Soletras*, em Janeiro de 2023, Rafael Gallo defende que, “Em um mundo capitalista, não há fronteira mais difícil de ser transposta do que a económica. Por exemplo, aqui no Brasil são muito mais lidos os autores da França ou da Inglaterra, que são países mais distantes em quilómetros do que Angola e, obviamente, mais distantes em termos da língua. Porém, há pontes invisíveis que as grandes potências conseguem estender entre as nações, mas os países periféricos, como nós somos, não têm sucesso em fazê-lo. Ainda que falem as mesmas palavras e estejamos no campo das palavras”.

Noutros termos, o escritor brasileiro explica que o destaque que Brasil dá aos africanos de língua portuguesa é inferior ao que dá às literaturas europeia ou norte-americana.

Ora, seja como for, o Brasil faz pelos PALOP mais do que todos os países juntos fazem pela literatura brasileira. É como considerou a escritora brasileira Ana Paula Maia, quando esteve em Maputo, “Sei que em Moçambique a literatura brasileira publicada nas últimas décadas também não chega. E a literatura brasileira mudou muito nas últimas décadas. Já não trabalhamos uma literatura regionalista como era na época dos autores que chegavam a Moçambique. O mundo mudou muito, e a literatura brasileira reflecte isso. Acho que os livros do Brasil devem chegar mais a Moçambique e vice-versa, porque nós não temos fronteira da língua. Tenho mais acesso à literatura europeia, que é traduzida. Gostaria de ter mais acesso à literatura daqui [Moçambique]”.



Fátima Mendonça

Com a excepção dos títulos de um punhado de autores, enquanto a escrita dos africanos de língua portuguesa não merece investimento satisfatório ao nível da CPLP, o escritor moçambicano residente em Lisboa, Miguel Luís, explica o que tem acontecido: "Primeiro, quando viajamos para Portugal levamos connosco, nas malas, os nossos livros que são editados em Moçambique e se houver oportunidade organizamos pequenas sessões ou tertúlias no restaurante moçambicano Roda Viva, em Lisboa, e nessas sessões vendemos os livros. Depois da sessão, informamos os leitores, por meio das redes sociais, que temos os nossos livros à venda em Portugal. No caso de Lisboa, caso a pessoa não queira ou não possa ir ao Roda Viva, vamos ao seu encontro ou enviamos por correio e no caso do resto do país a comercialização é feita por correio".

Com a vantagem de Portugal receber voos directos dos PALOP, a importação, distribuição e comercialização dos livros, em feiras e espaços universitários, também é feita pela coordenadora da editora Falas Afrikanas, Raja Litwinoff, alemã especializada em literatura africana. Contudo, nada do que se tem feito até aqui se revela determinante para tornar o sector livreiro da CPLP mais apelativo aos diversos intervenientes: autores, editores, livreiros, críticos, professores, jornalistas e leitores em geral. Por isso mesmo, o sentimento generalizado para quem encontra no livro um objecto que favorece a diplomacia cultural é de que a materialização de um sentido de Comunidade de Países de Língua Portuguesa também depende de os seus cidadãos lerem-se mais, até porque isso sedimenta relações económicas e políticas.

A circulação dos livros e a mobilidade de autores, a médio e longo prazo, segundo os autores, poderá ser alcançada se os acordos editoriais, ao nível da CPLP, priorizarem troca de originais que flexibilizem a publicação e minimizem o custo da venda, causado pela logística da importação. Simultaneamente, os países membros podem aprovar políticas, de facto, de isenção aduaneira ou fiscal que estimulem os livreiros a apostarem nos autores de língua portuguesa, o que seria acompanhando com o incentivo à aquisição dos livros da CPLP pelas bibliotecas municipais ou públicas. A criação de fundos específicos para a publicação de autores estrangeiros de língua portuguesa também é uma ideia referenciada pelos autores.

Por fim, e não menos importante, os intervenientes do sector livreiro acreditam que a criação de mais residências em diversas cidades da CPLP, o aumento de convites para os autores participarem em feiras e festivais ao longo da comunidade, bem como a inclusão da arte literária como um factor essencial de política externa, sobretudo entre os PALOP, são contribuições que podem concorrer para que os livros e os escritores sejam elementos-chave na construção e no fortalecimento de uma ideia de comunidade, que tem a língua como a base de tudo.[]

*As entrevistas a Edite Guimarães, José Luís Peixoto, Fátima Mendonça e Miguel Luís foram feitas à luz da pesquisa *O conhecimento da literatura em língua portuguesa em Maputo e Lisboa*, no contexto de residência literária promovida pela Câmara Municipal de Lisboa e o Camões em Maputo.



Ana Paula Maia



Miguel Luís



Apoio à edição e tradução de obras: o lugar do livro nas línguas

Texto: Elton Pila

Os festivais literários são sempre celebrados com grande pompa. Ainda mais quando a circunstância chega com a palavra-adjectivo «internacional». São as oportunidades das grandes viagens dos escritores escondidos nas sombras em que entretecem os enredos; das confabulações com os pares; dos debates genéricos sobre o fazer literário e de levantar a capa do livro para que alguém estique o pescoço e consiga decorar o título e/ou nome do autor na esperança de uma compra futura.

Depois, os livros soçobram ao peso da neve ou do sol nos **stands** das editoras de origem (quando existem), enquanto os autores se tornam as estrelas da feira mascarada em festival em autógrafos nos bilhetes dedicados a leitores que nunca lhes leram uma palavra. E talvez nunca leiam.

De regresso a casa, com a bagagem menos pesada pelas distribuições dos exemplares em nome da simpatia, a viagem será celebrada mais pelas experiências turísticas, menos por um novo mercado em que o livro possa circular.

E é assim, mês atrás de mês, ano após ano, o passaporte a somar os carimbos de diferentes geografias sem que isso signifi-

que uma nova tradução para a sua obra. Não se chega aos outros e aos outros custa chegar a nós.

Apontar a ponte

Moçambique é um mercado editorial, apesar do crescente número de editoras, longe de ser sustentável. Os autores nacionais acotovelam-se para caber no pequeno saco em que estão depositados os orçamentos das editoras. A alternativa são as grandes empresas em nome de um mecenato de quantias nunca reveladas. E colocam os seus logos na contracapa para a marca ter a vida do tempo que o livro durará. O que dizer de autores internacionais? As edições ficam adiadas para o futuro possível.

Desde o seu surgimento, a Ethale Publishing tem estado a fazer o caminho para que tenhamos acesso a autores de outras geografias e línguas como Ngũgĩ wa Thiong'o de quem publicaram "Matigari", Aminata Saw Fall de quem publicaram "a greve dos mendigos" e Wole Soyinka de quem publicaram "A morte e o cavaleiro real".

Mas, diz-nos Jessemusse Cacinda, editor e co-fundador da editora, apenas "Matigari" teve apoio. E de um fundo britânico.



Jessemusse Cacinda, co-fundador da Ethale Publishing



Mélio Tinga, co-fundador da Catalogus



Sandra Tamele, fundadora da Trinta Zero Nove

“Os outros livros fizemos com fundos próprios”, diz. De resto, anota, esta publicação de autores internacional é parte do **core business** da Ethale.

Mas continuam atentos a fundos que podem aceder para publicações de autores brasileiros ou italianos em Moçambique.

A ponte

“Cântico Voraz do Precipício” - Bruno Gaudêncio - e “Dicionário de pequenas solidões” - Ronaldo Cagiano - foram duas obras brasileiras saídas do prelo com o selo da Catalogus. Uma forma diferente de chegarmos à Literatura brasileira a partir de editoras moçambicanas. A edição só foi possível pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior.

São mais de 1 milhão de reais – quase 12 milhões de meticais - disponibilizados pela Fundação Biblioteca Nacional, um braço do Ministério da Cultura do Brasil.

A iniciativa que data de 1991 permitiu já que mais de 1200 obras brasileiras chegassem a leitores de mais de 40 línguas. Foram do inglês ao italiano; do francês ao russo; do espanhol ao mandarim; do polonês ao ucraniano; do esloveno ao grego; do sueco ao croata e há mais línguas pelo meio.

Em Moçambique, editoras como a Catalogus e Trinta Zero Nove beneficiaram de fundo para esta tradução, no edital lançado em 2023.

Apesar da língua, que torna para um leitor moçambicano um acesso mais fácil à literatura brasileira do que aos leitores de outras partes de mundo, uma edição moçambicana aproxima ainda mais o leitor.

A Catalogus, com um lançamento feito em Setembro de 2024, editou dois livros: “Cântico Voraz do Precipício” e “Dicionário de pequenas solidões”, de Bruno Gaudêncio e Ronaldo Cagiano. Mélio Tinga, co-fundador da Catalogus, pensa neste tipo de iniciativas como mais uma ponte entre o mercado do livro de Moçambique e de outros países. “Estes dois livros juntam-se a outros, ampliando o nosso raio, principalmente como editora, permitindo-nos chegar a mais leitores e a valorizar a ligação linguística que temos, neste caso com o Brasil”, conta.

Antes da publicação, este trabalho de aproximação do livro ao leitor que justifica uma edição moçambicana de uma obra brasileira, dois países que partilham o grande tapete da língua portuguesa. “Os livros têm a língua, a história e a cultura. Obviamente que, tendo antes sido publicados no Brasil, no processo editorial, em Moçambique, decidimos adaptá-los ao nosso contexto, adicionando ou substituindo expressões estranhas por aquelas que são comuns ao nosso leitor”. O mesmo trabalho foi feito pela Trinta Zero Nove. “No caso dos romances, fazemos a alteração do acordo ortográfico. E alguns termos, dependendo das permissões”, disse Sandra Tamele, editora e fundadora.

A Trinta Zero Nove, que também vai fazer a publicação de “Canção para ninar menino grande”, este romance aclamado de Conceição Evaristo, vai também fazer chegar infan-

to-juvenis aos leitores moçambicanos em edições bilingue. Tamele lembra que apenas cerca de 11% dos moçambicanos falam português.

Por isso, a necessidade de fazer chegar a literatura em línguas que são mais próximas para a maioria. A Trinta Zero Nove traduziu para emakhuwa, xiSena e XiChangana, como que em representação das línguas faladas na região norte, centro e sul, respectivamente.

Saem da sua safra: “Os irmãos” de Patrícia Auerbach, com ilustrações de Roberta Asse, e “Menina Mandioca” de Rita Carelli, com ilustrações de Luci Sacoleira.

E é a Literatura a cumprir a sua missão: apontar pistas, abrir caminhos, sugerir atalhos, mapear conexões e fazer chegar a outras realidades.

O caminho da DGLAB

Ana Castro e Bruno Eiras, da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas de Portugal, dizem que a preocupação maior da sua instituição é promover autores de língua portuguesa fora do espaço lusófono.

Mas tem atenção ao mercado brasileiro, num trabalho que começou há mais de duas décadas com uma linha de apoio à edição no Brasil, depois de uma avaliação dos encargos do envio das edições portuguesas. E é uma relação que tem estado a dar frutos. Só ano passado, apoiou 60 obras de autores portugueses, num investimento de cerca de 75 mil euros.

Começam agora a ser pensadas estratégias para os países africanos. Indicam que este apoio à edição precisa de condições locais. “Precisamos de garantias de que existe um mercado editorial, uma indústria editorial mais robusta, um mercado livreiro dinâmico, uma rede de biblioteca”. São estes elementos conjugados que permitem um trabalho contínuo. “Assim, torna-se mais sustentável”, disse.

Resta, pelo menos, aos autores africanos que têm o colo de uma editora portuguesa, seguir a rota da internacionalização, feita por António Lobo Antunes, José Saramago, Eça de Queirós. Mas também de autores portugueses mais jovens.[]



Ana Castro (DGLAB)



Bruno Eiras (DGLAB)





>>>>

Livraria FUNDZA.

Não encontrou o livro que procura? Nós trazemos para si!

Além de uma selecção de títulos moçambicanos, encomendamos livros de editoras da África do Sul, Brasil, Inglaterra e Portugal.

Fale connosco e peça já o seu!

.....

@ comercial@fundza.co.mz (+258) 87 4710 104

f @fundzalivraria





O que há depois dos prémios literários no universo da CPLP?

Texto: Elcídio Bila

Fotos: INCM

Muitos prémios literários circulam na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Alguns mais sonantes que os outros. Alguns mais abastados que os outros. E a corrida pelos mesmos é renhida, pois, acredita-se que sejam veículos para a promoção da literatura feita nestes países e dos respectivos autores. É a partir daqui que se conhecem uns aos outros, que se trocam públicos-leitores e que se (re)constrói a amizade destas nações unidas pela língua.

O Prémio Camões é o mais importante nesta parcela de países unidos pela Língua Portuguesa. Aliás, o objectivo do galardão é mesmo este: estreitar os laços culturais entre as nações que integram a comunidade e enriquecer o património literário e cultural da língua portuguesa.

Com o nome do maior escritor da história da língua portuguesa — o poeta português Luís Vaz de Camões — o prémio é atribuído aos autores, pelo conjunto da obra, que contribuíram para o enriquecimento do património literário e cultural da língua portuguesa.

Ao todo já foram laureados 35 autores de cinco países lusófonos e a última distinção, de 2024, foi para a poetisa e romancista brasileira Adélia Prado. Só em Moçambique, com o Prémio Camões já foram agraciados os escritores José Craveirinha (1991),

Mia Couto (2013) e Paulina Chiziane (2021), para além de contar com académicos moçambicanos no quadro de júri. Francisco Noa e Dionísio Bahule são alguns deles.

Mas, de balde, Bahule entende que “a união dos povos, amizade e promoção da língua portuguesa através da literatura” é a grande utopia deste projecto da CPLP ou ainda o-é de “tornar a Literatura uma meada de estrada que torne a comunidade mais próxima”.

O filósofo e crítico de arte moçambicano usa como exemplo a Feira Internacional do Livro de Maputo e questiona a quantidade de escritores que são convidados por este projecto (da CPLP) a participar. “A não ser que eu não tenha participado de nenhuma feira cuja participação de escritores premiados nestes concursos lá estivesse. Mas, pela experiência, não. Um e outro — olham Portugal como lugar sublime; o reduto desta utopia”, afirma.

O Prémio Oceanos é outro certame que mostra o vigor literário da CPLP. A cada ano, o ‘Oceanos’ vem recebendo mais inscrições de diferentes países. Ano pós ano, novos recordes de inscrição são batidos tanto no Brasil, quanto em Portugal e nos países africanos, em especial Moçambique e Cabo-Verde, o que mostra mais do que importância crescente do prémio no calendário cultural internacional.

Álvaro Taruma foi um dos finalistas da última edição, 2024, cuja obra, “Criação do fogo”, foi apresentada na forma de canções. Para o poeta moçambicano, que chega pela primeira vez na recta final de um concurso literário internacional, este tipo de distinção amplia o reconhecimento entre os autores e possibilita convites “por parte de vários outros meus pares, no sentido de diálogos de reconhecimento do lugar da poesia moçambicana” e torna o autor um interlocutor válido.

“Tenho um livro já a sair no Brasil, que veio um bocado nesse âmbito. Isto me recorda que foi quando o meu nome passou para semifinalista”, conta, acrescentando que, neste momento, “estou em Portugal e estou em conversações com um editor para publicar-me cá. Estou ainda em conversações com uma outra pessoa para ser meu agente. Então, acho que isso já abre essas portas.”

O jornalista e ensaísta José dos Remédios concorda que os prémios dão visibilidade aos livros e, geralmente, despertam interesse dos leitores, editores, livreiros, ensaístas e curadores de feiras e festivais literários em relação à produção do autor.

“Quer dizer, se, por um lado, o prémio não é o único critério de qualidade literária, por outro, essa qualidade torna-se mais exposta quando os autores são laureados na CPLP, o que aumenta as possibilidades de serem editados, lidos, comentados e traduzidos”, entende dos Remédios, sustentando que, “num contexto em que a circulação dos livros e a mobilidade dos autores é deficiente na CPLP, os prémios que existem cumprem o requisito de aproximar uma comunidade de leitores interessada e que, se calhar, não teria outras possibilidades de conhecer um autor.”

Os factos corroboram com o ensaísta. Só de Dezembro para cá, Taruma escreveu dois prefácios para um autor brasileiro e uma poetisa moçambicana. “Não sei se esse contacto teria sido possível se não fosse essa exposição que o Oceanos me deu, ou possibilitou”, duvida o poeta.

Entretanto, Taruma tem uma ressalva: “esta visibilidade, muitas vezes, acredito, tem que ser ou com um escritor de facto promissor, ou com um escritor que já tenha dado créditos”. Créditos, de facto, de estar a produzir literatura de qualidade. Para o autor, os prémios abrem portas, mas adverte que se não tem material de qualidade, não se consegue passar um livro, acaba sendo aquele título que ganhou aquele prémio e não se consegue dar seguimento a isso.

No que refere ao Prémio Oceanos, esta não é a primeira vez que um moçambicano chega a última fase do certame. Moçambique já sentiu o gosto da final através dos escritores João Paulo Borges Coelho, com a obra ‘Museu da Revolução’; Pedro Pereira Lopes, com “O livro do homem líquido” e Teresa Noronha, com “Tornado”.

Em 2022, de certeza, a literatura moçambicana granjeou grandes simpatias no mercado lusófono, pois as três obras foram as únicas propostas africanas que passaram à final.

Aliás, em relação a factos como este, José dos Remédios diz que os prémios com abrangência na CPLP fortalecem uma ideia comum, principalmente a de pertença a um universo além das fronteiras. Com o ‘Camões’ e o ‘Oceanos’, por exemplo, “parece que fica evidente que pouco importa o sotaque com que pro-

nunciamos as palavras ou a origem geográfica dos seus autores. O que mais importa é o património estético-literário, enriquecido, claro está, por aspectos contextuais, geográficos e culturais.”

Mas não é só de ‘Camões’ e ‘Oceanos’ que se cruzam os autores no universo lusófono. O Prémio Leya, por sua vez, apresenta características únicas pela sua especificidade e valor, por isso, é um certame que não passa despercebido no universo lusófono por descobrir novos talentos de língua portuguesa e a sua promoção internacional.

‘Leya’ tem como objectivo distinguir um romance inédito escrito em português. Até 2023, já tinha distinguido 12 obras e deu lugar à publicação de 40 livros inéditos, um deles é ‘Os olhos de Hertzog’, de João Paulo Borges Coelho, no seu segundo ano.

Existem, ainda, outras propostas, como o Prémio de Poesia Judith Teixeira, que, em 2020, foi conquistado pelo moçambicano Otildo Justino Guido com o livro “O osso da água”; Prémio Literário Imprensa Nacional/Eugénio Lisboa, conquistado por Pedro Pereira Lopes (2017), Aurélio Furdela (2018), Sérgio Simão Raimundo (2019), Mélio Tinga (2020), Jofredino Faife (2022), Fátima Taquidir (2023), Daúde Amade (2025); o Prémio Internacional de Poesia Lusófona Floriano Martins, que, em 2024, foi conquistado pelo poeta moçambicano Jeconias Mocumbi e, mais recentemente, 2025, Pedro Pereira Lopes venceu o Prémio Imprensa Nacional/Vasco Graça Moura.

Mas os prémios literários que promovem autores não se esgotam por aqui. E há autores moçambicanos que chegaram a fases finais, que tiveram menções honrosas ou que, por outro lado, o seu activismo literário permitiu que participassem em colóquios, feiras, festivais ou outros eventos que celebram a literatura em língua portuguesa.

Ainda assim, o resultado destas premiações permanece um enigma na carreira literária dos autores da CPLP. Para alguns, como Álvaro Taruma, há portas que se abrem, mas para os outros, fica-se pelo prémio mesmo e mais nada.[]



Álvaro Taruma

PREICC e os seus trunfos para a indústria cultural e criativa em Moçambique



Antiga Ministra da Cultura e Turismo e os vencedores da 2ª Edição do PREICC, 2024

Em Dezembro do ano passado, o Ministério da Cultura e Turismo realizou a sua última acção, encerrando o ciclo de cinco anos de governação, ao laurear artistas e agentes culturais naquilo que foi a sua segunda aventura pelo Prémio das Indústrias Culturais e Criativas (PREICC), uma iniciativa que visa “estimular, reconhecer e incentivar a produção artística” concretamente, “os fazedores e operadores culturais e criativos, de modo a trabalharem no sentido de elevar cada vez mais a qualidade dos produtos e serviços culturais moçambicanos.”

Esta, para além de outras, é uma iniciativa que destaca o potencial do Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas (INNIC), braço do ministério liderado por Matilde Muocha desde 2022, que prevê “a promoção das potencialidades artístico-culturais do nosso país a nível interno e além-fronteira”, tal como assumiu o ex-Primeiro Ministro Adriano Maleiane aquando da sua tomada de posse.

Afinal, a agenda das Indústrias Culturais e Criativas não é recente. Há mais de 15 anos que o Governo ensaia uma Agenda Nacional na perspectiva económica das artes e cultura. Aliás, a

concretização desta agenda, através de uma Política Nacional das Indústrias Culturais e Criativas, criada em 2016, prevê a premiação e valorização dos protagonistas deste sector, ou seja, entidades individuais, singularidades ou até entidades colectivas.

Portanto, é daí que surge o PREICC, com a necessidade de reconhecer, mas também dar algum contributo, do ponto de vista financeiro, dando uma luz aos artistas e, acima de tudo, chamar a atenção a sociedade para a necessidade de investimento neste sector.

Matilde Muocha, Directora Geral do INNIC, diz que o retorno obtido, tanto na primeira como na segunda edição, orgulha o Governo, pelo facto deste Prémio preencher lacunas financeiras.

“Ao reconhecer as individualidades envolvidas neste sector, ao dar um modesto financiamento a estas entidades, estamos, de alguma forma, a demonstrar que esta indústria precisa de ser impulsionada, precisa de atenção para poder se desenvolver”, assume a dirigente.

Em entrevista exclusiva a *Soletras*, Muocha não esconde os (bons) resultados do PREICC. “Desde a primeira até à segunda

edição, que fizemos em Dezembro passado, sentimos que as individualidades que são premiadas se sentem acarinhadas pelo Governo e pelo Estado moçambicano, naquilo que é a agenda de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas.

PREICC influencia gravação do álbum da banda Marrove

Na primeira edição, o PREICC distribuiu troféus para sete categorias, uma delas é o Prémio Revelação, conquistado pela banda Marrove, de Nampula. De acordo com Elcídio Oliveira Fernando, líder do grupo, esta distinção significa que “o nosso trabalho está a ser visto e é uma oportunidade ímpar para nós, como banda, pois o Prémio nos impulsionou nos *media* e ganhamos alguma notoriedade no mercado.”

Para além da vertente de promoção e visibilidade, o vocalista e guitarrista refere que a premiação deu mais alento ao grupo, ampliou o seu propósito e colocou mais responsabilidade no colectivo.

Um dos frutos do PREICC, segundo Oliveira, foi o lançamento do segundo álbum da banda – “Tudo pela cultura” – embora se queixem de falta de apoio. Para além do álbum, o grupo ambiciona realizar digressões, produzir videoclipes, entre outros projectos adormecidos.

Apesar de Oliveira Fernando ver no PREICC uma ‘lufada de ar fresco’ para a banda que se debate com várias dificuldades para se impor no mercado, reclama do valor atribuído: “Eu acho que é preciso melhorar a premiação, porque nós recebemos 120 mil meticais, e veja que somos uma banda composta por seis elementos e com muitos desafios.”

O músico termina apelando que o novo Governo possa implementar reformas positivas no sector da cultura para que, naturalmente, osazedores das artes continuem empenhados.

PREICC torna o FITI cada vez mais apetecível

O PREICC, diferentemente da edição passada que homenageou a dupla Calene e Lúcio Chiteve na categoria de Teatro, desta vez, o júri distinguiu o Festival Internacional Teatro de Inverno (FITI), que, ano passado, aconteceu pelo vigésimo ano consecutivo.

Este feito, entende Joaquim Matavel, director do festival, simboliza o reconhecimento do contributo do festival como uma mostra para a promoção e desenvolvimento do teatro em Moçambique e, prossegue, torna o FITI cada vez mais apetecível e como destino de referência para a internacionalização dos grupos de teatro nacionais e não só.

Ao mesmo tempo, sustenta Mano Quim (como também é conhecido Joaquim Matavel), constitui um desafio para os produtores, de tornar o FITI um evento com níveis de produção cada vez mais profissionais em todos os sentidos, desde à curadoria até à realização, “o que se vai traduzir na selecção e exibição de espectáculos de teatro de qualidade, troca de experiências, co-produções que constituem uma mais-valia para o teatro nacional e internacional.”

Refira-se que só ano passado, na edição número 20, o festival juntou seis países (África do Sul, Malawi, Zimbabwe, Angola, Portugal, Brasil), para além de grupos e companhias moçambi-



Matilde Muocha, Directora do INICC



Banda Marrove



Joaquim Matavel (FITI)

canos em cinco espaços da cidade de Maputo, a destacar o Centro Cultural Franco-Moçambicano, o Instituto Guimarães Rosa, Museu Mafalala e X-Hub.

Reconhecimento ajuda no espaço internacional

Ethale Publishing, editora que se dedica à promoção das narrativas africanas, subiu ao palco do PREICC da segunda edição para levar o troféu de Literatura. Para a editora, distinções como esta mostra que, afinal, o trabalho por eles realizado é visto e que desperta atenção, tendo em conta, sobretudo, as dificuldades para manter um projecto na área cultural e, principalmente, na área do livro, tendo em conta que “o livro não é nem bem essencial, nem bem de entretenimento para as pessoas.”

Este reconhecimento, como aponta Jessemusse Cacinda, co-fundador da editora, ajuda no espaço internacional para o pedido de apoios, financiamentos ou, então, parcerias para executar grandes projectos.

“Mencionar um prémio desta envergadura pode nos ajudar a chegar muito mais além do que quando nós não tínhamos nem um prémio sequer, nem uma menção, nem um reconhecimento de quem quer que fosse”, sublinha Cacinda.

Selo de credibilidade e reconhecimento

No universo da moda, a segunda edição do PREICC encantou-se com o trabalho da estilista Mabenna, quem vê neste galardão um selo de credibilidade e reconhecimento no mercado, o que pode atrair mais clientes e parceiros a nível nacional e facilitar entrada em novos mercados.

“Prevejo alguma visibilidade maior, que possa estimular colaborações criativas com outras marcas ou artistas, o que pode ajudar a diversificar o nosso portfólio”, arroga a estilista.

A criadora entende que este prémio permite dar continuidade na construção da história e legado da marca Mabenna no sector da moda, e que pode fazer diferença para além de inspirar os outros.

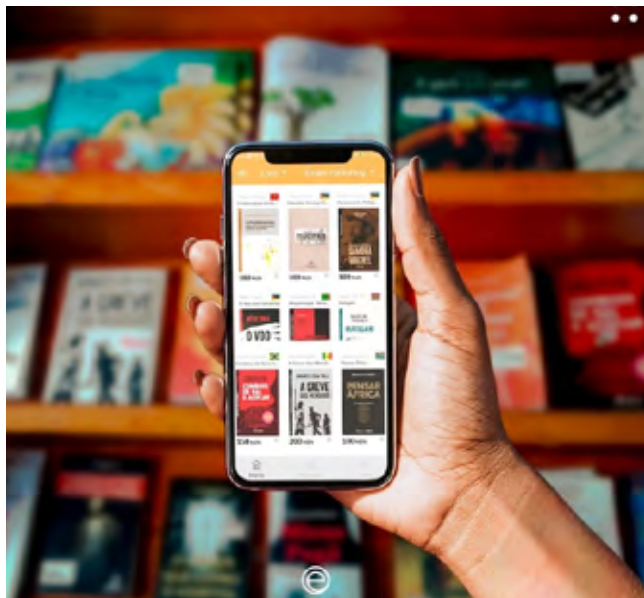
“Estes factores tornam o prémio catalisador para o crescimento contínuo e sustentável no mercado criativo para a marca”, frisa.

Reforço do compromisso em liderar a transformação da indústria audiovisual

Na segunda edição do certame, a categoria de Cinema e Audiovisual foi para o ‘Maningue Magic’, canal de entretenimento dedicado ao mercado moçambicano.

O Director do canal, João Ribeiro, entende que o PREICC reforça o compromisso em liderar a transformação da indústria audiovisual em Moçambique.

“Como o único canal no país a produzir conteúdos de ficção e a adquirir conteúdos nacionais, tanto comissionados como licenciados, contribuímos significativamente para a criação de emprego, especialmente para criadores e artistas que, de outra forma, não teriam essa oportunidade de mostrar o seu talento”, afirma Ribeiro, acrescentando que “este modelo promove o desenvolvimento do talento local, impulsiona a indústria criativa e fortalece a economia, gerando receitas fiscais importantes para o Estado.



Ethale Publishing, vencedora do PREICC 2024 (Literatura)



Mabenna, vencedora do PREICC 2024 (Moda)



João Ribeiro - Maningue Magic (vencedor do PREICC 2024, Cinema e Audiovisual)

Portanto, o também cineasta concorda que esta premiação consolida o papel do 'Maningue Magic' enquanto uma plataforma de referência, celebrando a identidade moçambicana e promovendo novas oportunidades para o sector audiovisual.

PREICC e o novo Governo: o prémio é um compromisso

Mesmo com a chegada do novo Governo, Matilde Muocha defende a continuidade do Prémio das Indústrias Culturais e Criativas, pois, como justifica, trata-se de um compromisso no âmbito da Política Nacional das Indústrias Culturais e Criativas.

"O Prémio é uma ferramenta crucial na cadeia de valor das indústrias culturais e criativas e a nossa expectativa, até o momento em que estamos cá, é que este seja um prémio de continuidade", assume Muocha, acrescentando que não é um prémio "ao nosso ver, que esteja, de alguma forma, susceptível a interrupção por causa da mudança de quinquénio."

Neste momento, partilha a dirigente, o que se está a fazer enquanto braço executivo da administração indirecta do Estado na área da cultura, é reforçar os argumentos para garantir que continue.

"É um processo de aprendizagem. Há coisas que fizemos, revisamos e reformamos da primeira para a segunda edição.

Apesar de ter acontecido a premiação da segunda edição recentemente, "já iniciamos o processo de preparação da terceira", atendendo às lições que foram adquiridas na anterior edição e "nós vamos trabalhar para termos uma terceira edição melhor que a segunda", promete a especialista das Indústrias Culturais e Criativas.

Refira-se que o Prémio das Indústrias Culturais e Criativas atribuiu como maior distinção, na primeira edição, o Prémio Carreira a Paulina Chiziane e, na segunda, Mutumbela Gogo, tendo acrescentado o Prémio Gestor Cultural (Paulo Chibanga) e o Prémio Jornalismo Cultural (José dos Remédios), bem como as categorias de Fotografia (Mário Macilau) e Dança (Companhia de Canto e Dança Montes Namuli). Importa salientar que a segunda edição não alcançou a categoria Design (Mélito Tinga) muito menos o Prémio Revelação (Banda Marrove)

Nas restantes categorias, as duas edições comportaram-se da seguinte forma: Música (Jimmy Dlodlu e Twenty Fingers); Teatro (Calene e Lúcio Chiteve e Festival de Teatro de Inverno); Artes Plásticas (Manuel Bata e Justino Cardoso); Cinema e Audiovisual (Mahla Filmes e Maning Magic); Moda (Nivaldo Thiery e Mabenna); Literatura (Fundza e Ethale Publishing).]





Preservar bibliotecas sem resistir à reinvenção

Texto: Lucas Muaga

O ecrã está na moda e domina o mundo. As novas tecnologias tornaram-se companheiras inseparáveis do homem. Estão sempre presentes nas noites mais solitárias, construindo um cenário em que o livro impresso deixa de ser o foco principal e transforma-se numa sombra de si mesmo.

E sem as obras dos mais variados géneros, não se pode falar de bibliotecas públicas, espaços “sagrados” com um futuro incerto. Estes locais de leitura resistem aos desafios da modernidade e mantêm-se activos, embora, na sua maioria, andem quase “às moscas”.

A falta de leitores é um dos maiores dilemas enfrentados pelas bibliotecas nacionais, provinciais e municipais. Os visitantes vão, com o tempo, reduzindo. Esta é pelo menos a queixa de alguns bibliotecários, ouvidos pela “Soletras”.

As fontes manifestam alguma tristeza e não é para menos. Sentem na pele o peso destes dilemas, embora não se mostrem totalmente pessimistas. Sabem que o mundo avança e que os profissionais desta área deverão “apanhar a boia” desta evolução.

Alexandrina Buque, especialista do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), destaca que, com o progresso digital,

as bibliotecas físicas tendem ao abandono. “Neste contexto, diversos usuários se distanciam dos locais convencionais, sem perceber que essas instituições ainda têm um papel crucial no acesso à informação de maneira segura e acessível”, esclarece.

Segundo Buque, estes espaços continuarão activos por algum tempo, como uma base sólida para o acesso ao conhecimento, sobretudo por oferecerem um ambiente mais cómodo e estável para o estudo e investigação.

“A biblioteca física é mais segura em relação à digital. É suportada pelo homem, isto é, todo o trabalho é feito manualmente, oferece muita segurança e o seu tempo de vida é ilimitado”, comenta Buque.

Contrariamente, continua, as plataformas digitais apresentam a desvantagem de requererem uma ligação constante à internet e dependerem de equipamentos tecnológicos. E num cenário em que a tecnologia pode falhar, como em quebras de ligação ou em zonas com acesso limitado à internet, a biblioteca física mantém-se como uma alternativa confiável.

Além disso, os espaços físicos não dependem de recursos externos como servidores e redes de dados, o que os

torna independentes de falhas tecnológicas. Têm um valor incomensurável na preservação da diversidade de materiais, na promoção da interacção entre os leitores e na oferta de um espaço de aprendizagem sem distrações.

Para Buque, é essencial preservar estes espaços de leitura, considerando-os “bibliotecas mães”. Com isto, a fonte não descarta os benefícios da digitalização, como o fácil acesso à informação, mas alerta para a importância do espaço físico, que oferece não só o acesso ao conhecimento, mas também a possibilidade de imersão no estudo, sem as “chatas” limitações das tecnologias.

Acompanhar as dinâmicas do mundo

O mundo está em constante transformação e as bibliotecas, tradicionalmente conhecidas como repositórios físicos do conhecimento, enfrentam o desafio de se adaptarem à era digital.

São chamadas a acompanhar o avanço tecnológico e a atender às necessidades do público contemporâneo. Este é o ponto de vista de Mahomed Nacuele, licenciado em Biblioteconomia e Documentação pela Escola Superior de Jornalismo (ESJ).

“Na era digital, a missão das bibliotecas evoluiu. Já não nos podemos limitar a ser apenas um repositório físico de livros e documentos. Precisamos de abraçar a digitalização da informação bibliográfica, investir nas plataformas digitais e criar uma rede interligada com outros espaços de leitura”, afirma.

A trabalhar no arquivo da Sociedade do Notícias, empresa responsável pela produção e distribuição do jornal **Notícias**, Mahomed Nacuele explica que um dos maiores desafios é garantir que o acesso ao acervo digital não seja restringido por limitações geográficas.

“É necessário facilitar o acesso de forma fluída, ligando bibliotecas e partilhando o conhecimento de forma integrada”, defende quem também salienta o facto de a digitalização não excluir os espaços convencionais.

Enquanto o ambiente virtual oferece alcance global e agilidade, o espaço físico proporciona um ambiente de imersão, convivência e leitura. “Não se trata de escolher entre um ou outro, mas sim de integrar ambos de forma eficaz, criando um ecossistema de informação que se complementa”, frisa.

Na sua visão, o perfil dos utilizadores das bibliotecas tem mudado consideravelmente. Com o crescimento das plataformas digitais e das redes sociais, a forma como as pessoas procuram e consomem informação tornou-se mais ágil e diversificada. Por isso, sugere que estes espaços adotem novas estratégias de divulgação, como mensagens nas redes sociais, **posts** interactivos e alertas personalizados sobre novos conteúdos disponíveis.

Para Mahomed Nacuele, as redes sociais, que antes eram vistas apenas como ferramentas de comunicação, tornaram-se também plataformas de interacção e educação. “A biblioteca precisa de estar presente nestes espaços digitais

onde o público frequenta, promovendo os seus serviços, colecções e, sobretudo, a importância da leitura e do conhecimento”, defende.

Estas instituições, continua, não são simples armazenadoras de livros, mas espaços de encontro entre o utilizador e o saber. São locais que não só guardam o conhecimento, como também se adaptam, renovam e interagem com o mundo digital.

“O futuro é agora, é digital e físico. Ao reinventarem-se, continuarão essenciais para a sociedade, como sempre foram: guardiões do saber, agora em novos formatos, mais ágeis e acessíveis”, considera Mahomed Nacuele.

Os hábitos mudam

Com o tempo, os hábitos alteram-se, e, neste contexto, muitas pessoas têm-se afastado das bibliotecas físicas, apesar de estas oferecerem um ambiente mais tranquilo e propício à leitura.

Este cenário é preocupante e alarmante, segundo Arsénio Mundulai, formado em Psicologia Educacional e afecto à Biblioteca Municipal do Cololo, em Quelimane. É que enquanto num passado mais recente, o prazer pela leitura e a visita estes locais de leitura eram comuns, hoje muitas pessoas contentam-se por consumir resumos de livros e artigos disponíveis na internet. Acreditam que esta acção substitui a experiência de ler uma obra completa.

O profissional observa que, ao procurar informação virtualmente, o processo de consolidação do conhecimento fica prejudicado. Isto acontece porque, ao digitar e navegar por ecrãs, as pessoas não têm a oportunidade de realizar uma leitura mais profunda e reflexiva, como aconteceria ao folhear um livro físico.

Segundo Arsénio Mundulai, o fácil acesso à informação pode levar a um esquecimento mais rápido dos conteúdos, uma vez que o não se verifica o envolvimento emocional semelhante ao proporcionado pelas obras físicas,

No entanto, o profissional reconhece algumas vantagens das novas tecnologias, como o acesso rápido e fácil a uma vasta quantidade de livros e artigos. Por exemplo, em vez de se deslocar a uma biblioteca para requisitar uma publicação específica, o utilizador pode, em poucos minutos, encontrá-la **online** e lê-la em casa.

Embora este seja um ponto positivo para quem procura conveniência, o entrevistado prefere a experiência da leitura física e não recomenda a dependência exclusiva do formato digital.

Na opinião de Arsénio Mundulai, o grande desafio das bibliotecas é, pelos motivos elencados, atrair leitores e incentivá-los a regressar às suas instalações. Sugere que as bibliotecas devam insistir na criação de programas de incentivo à leitura presencial, como palestras, sessões de leitura e outras actividades que promovam o gosto pelo livro físico. Além disso, defende a importância de divulgar as vantagens da leitura tradicional e as desvantagens da digital.



Prejuízos à saúde

A crescente preferência dos estudantes pelos **e-books** tem gerado preocupações sobre os seus reais impactos na saúde, especialmente no que diz respeito à visão e à capacidade de concentração.

O uso constante de ecrãs pode resultar em desconfortos como fadiga ocular, dificuldades de foco e a Síndrome da Visão do Computador (CVS), um problema de visão que se desenvolve por causa do uso excessivo de telas. Além disso, o risco de distração, provocado pelas notificações e pelas aplicações de redes sociais que interrompem a leitura, prejudica o processo de aprendizagem e a retenção de informação.

Segundo Zidane de Lemos, da Biblioteca Dom Manuel Vieira Pinto, na Zâmbia, embora a digitalização tenha alargado o acesso a um número incontável de obras, a leitura em dispositivos digitais não consegue proporcionar a mesma imersão que o livro físico.

“O simples acto de tocar, folhear e sentir o livro é fundamental para uma melhor assimilação do conteúdo”, destaca. Isto acontece porque, ao ler num ecrã, o aluno está constantemente sujeito a distrações.

Zidane de Lemos refere que a leitura em dispositivos digitais envolve a tentação de interagir com outras plataformas, o que interrompe o ritmo da leitura e compromete a absorção dos conteúdos. Em contraste, “a leitura de um livro físico favorece um ambiente mais focado, onde o estudante consegue envolver-se de forma mais eficaz na matéria”.

Neste diapasão, sublinha que, embora a digitalização seja uma oportunidade para expandir a oferta de livros, é crucial que os leitores sejam orientados para equilibrar o uso da tecnologia com a experiência tradicional de leitura física.

No contexto da Biblioteca Dom Manuel Vieira Pinto, as obras de ensino, como a Biologia, a Química, o Português e a Matemática continuam a ser as mais procuradas pelos alunos. No entanto, a literatura tem sido posta de lado, com muitos alunos a abandonarem obras literárias logo nas primeiras páginas.

Zidane de Lemos conta que para estimular o interesse pela leitura de literatura, a biblioteca adoptou uma estratégia que permite aos próprios alunos escolherem os livros que querem ler. Este modelo tem apresentado resultados positivos, incentivando os alunos a envolverem-se mais na leitura.

□



Bento Baloi e Adelino Albano Luís participam na 26ª edição do *Correntes d'Escritas*

Texto: Dany Wambire

Entre os dias 15 e 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal de Póvoa de Varzim (Portugal), realiza a 26ª edição do ***Correntes D'Escritas***, um festival literário que reúne escritores de expressão ibérica para debater a literatura.

À semelhança das últimas edições, o evento contará com a participação de autores moçambicanos, nomeadamente Bento Baloi e Adelino Albano Luís, vencedores da primeira e segunda edição do Prémio Literário Mia Couto, na categoria de prosa.

Bento Baloi vai ao evento pela segunda vez, depois de lá ter estado em 2018. Mas o autor sente que esta edição tem um sabor especial por ter sido convidado na qualidade de um escritor recém-premiado.

"Ir às ***Correntes D'Escritas*** como vencedor de um dos prémios literários mais importantes de Moçambique é, por um lado, uma enorme honra, mas por outro lado, constitui uma grande responsabilidade", confessa o autor da obra "No verso de cicatriz".

Adelino Albano Luís, que se estreia no mais antigo festival literário português, também se sente honrado por fazer parte do evento e confessa estar entusiasmado com a possibilidade de as suas histórias alcançarem outros leitores.

Questionado sobre o que leva às ***Correntes d'Escritas***, Adelino Albano Luís foi curto na resposta: "levo as nossas histórias, as nossas vivências, a vibração e o orgulho de ser moçambicano", apesar das adversidades que o país vive nos últimos tempos. Aliás, de acordo com Bento Baloi, o festival é uma ótima janela para "mostrar aos povos de outras latitudes que apesar de todas as adversidades somos um povo que vive e sente a arte".

"Somos um povo de poesia, de canto, de escultura e de dança. Somos, acima de tudo, um povo de paz", acrescenta o autor.

Os dois escritores esperam representar o país da melhor maneira possível, dando o melhor de si nas mesas temáticas em que

irão fazer parte e acreditam que poderão aprender com os outros e estabelecer contactos e sinergias para trabalhos futuros.

"Espero, acima de tudo, aprender tanto com os escritores quanto com os leitores. Sendo um escritor jovem, ouvir e beber da experiência dos outros é fundamental, pois só assim é que se pode crescer", reforça Adelino Albano Luís.

Nas ***Correntes d'Escritas***, os dois autores irão apresentar os seus mais recentes livros. Bento Baloi irá lançar o romance ***Chave de areia*** (2024), enquanto Adelino Albano Luís irá apresentar "Estórias trazidas pela ventania" (2023).

Bento Baloi nasceu em 1968 no Vieira, bairro de Maxaquene, cidade de Maputo. Fez iniciação literária escrevendo contos e poemas publicados em páginas de especialidade de revistas e jornais moçambicanos. Dedicou parte significativa da sua carreira ao teatro escrevendo, dirigindo e interpretando papéis em peças, tanto de palco como de rádio. São da sua autoria as peças de teatro «Lágrimas»; «Grito Humano»; «Adão e Eva, Ámen»; «Alarme»; «Katina P, o Flagelo». Escreveu os bailados «O Filho do Povo» e «Raízes e Percursos», encenados por Pérola Jaime. Recados da Alma é o seu romance de estreia e foi publicado em 2016. Publicou pela Índico Editores em 2021, o livro de crónicas ***Arca de Não É***. É também autor dos livros ***No verso da cicatriz***, distinguido com Prémio Literário Mia Couto, em 2023, e ***Chave de areia*** (2024).

Adelino Albano Luís nasceu em 1998, na Cidade de Chimoio. É licenciado em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane. É autor da obra ***Cronicontos da Cabeça do Velho*** (2022), prémio literário Calane da Silva, organizado pela Alcance Editores (4ª edição- 2021). Também conquistou o primeiro lugar do Concurso de Crónicas da primeira edição da Feira de Livros da Beira (2021). Em 2022, publicou o livro ***Estórias trazidas pela ventania***, com o qual venceu a 2ª edição do Prémio Literário Mia Couto.[]